



**Nota Técnica**  
**Número 86 – Janeiro de 2010**  
(revisada e atualizada)

## **Política de Valorização do Salário Mínimo:**

**Considerações sobre o valor a vigorar  
a partir de 1º de janeiro de 2010**

## A Campanha de Valorização do Salário Mínimo

Em 2004, as Centrais Sindicais, por meio de movimento unitário, lançaram a campanha de valorização do salário mínimo. Nesta campanha, foram realizadas três marchas conjuntas em Brasília com o objetivo de fortalecer, junto ao poder Executivo e Legislativo, a importância social e econômica da proposta de valorização do salário mínimo. Como resultado dessas marchas, o salário mínimo, em maio de 2005, passou de R\$ 260,00 para R\$ 300,00. Em abril de 2006, foi elevado para R\$ 350,00, e, em abril de 2007, corrigido para R\$ 380,00. Em março de 2008, o salário mínimo passou para R\$ 415,00 e, em fevereiro de 2009, o valor ficou em R\$ 465,00.

Também como resultado dessas negociações, foi acordado, em 2007, uma política permanente de valorização do salário mínimo até 2023. Essa política tem como critério o repasse da inflação do período entre as suas correções, mais um aumento real pela variação do PIB, além da antecipação da data-base de sua correção - a cada ano - até ser fixada em janeiro. A política prevê, até 2011, as seguintes regras:

- Em 2010, reajuste pela inflação do período mais variação do PIB de 2008, com fixação da data-base em 1º de janeiro.
- Em janeiro de 2011, reajuste pela inflação do período mais variação do PIB de 2009 e avaliação da política, segundo os critérios negociados em 2007.

### 1. O salário mínimo de 1º de janeiro de 2010

Para verificar o ganho real, com a revisão efetivada em 1º de janeiro de 2010, foi considerada a inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para o período de 01/02/09 a 31/12/2009.

- **A variação do INPC-IBGE** para o período de 01/02/2009 a 31/12/2009 foi de 3,45%
- O valor anunciado de **R\$ 510,00** significou variação nominal de 9,68% para o Salário Mínimo, o que representa aumento real de 6,02% no período.

## 2. O reajuste do salário mínimo nos dois mandatos do governo Lula

No primeiro ano do governo Lula (2003), o reajuste aplicado ao salário mínimo foi de 20,00%, para uma inflação acumulada de 18,54%, correspondendo a um aumento real de 1,23%. No segundo, a elevação foi de 8,33%, enquanto o INPC acumulou 7,06% e, em 2005, o salário mínimo foi corrigido em 15,38%, contra uma inflação de 6,61%. Em 2006, a inflação foi de 3,21%, o reajuste foi de 16,67%, o que corresponde a um aumento real de 13,04%. Em abril de 2007, para um aumento do INPC entre maio/2006 e março/2007 de 3,30% foi aplicada uma correção de 8,57% no salário nominal, o que representou um aumento real do salário mínimo de 5,1%. Em 2008, o salário mínimo foi reajustado, em fevereiro, em 9,21%, enquanto a inflação foi de 4,98%, correspondendo a um aumento real de 4,03%. Com o valor de R\$ 465,00 em 1º de fevereiro de 2009, o ganho real entre 2008 e 2009 foi de 5,79%.

Considerando a variação do INPC de fevereiro a dezembro de 2009 e o valor de R\$ 510,00, em 1º de janeiro de 2010, o ganho real acumulado no período será de 6,02%, resultante de uma variação nominal de 9,68% contra uma inflação de 3,45%, como demonstrado na Tabela 1. **No acumulado desde 2002, os ganhos reais atingem 53,67%.**

**Tabela 1**  
**Reajuste do Salário Mínimo 2003-2010**

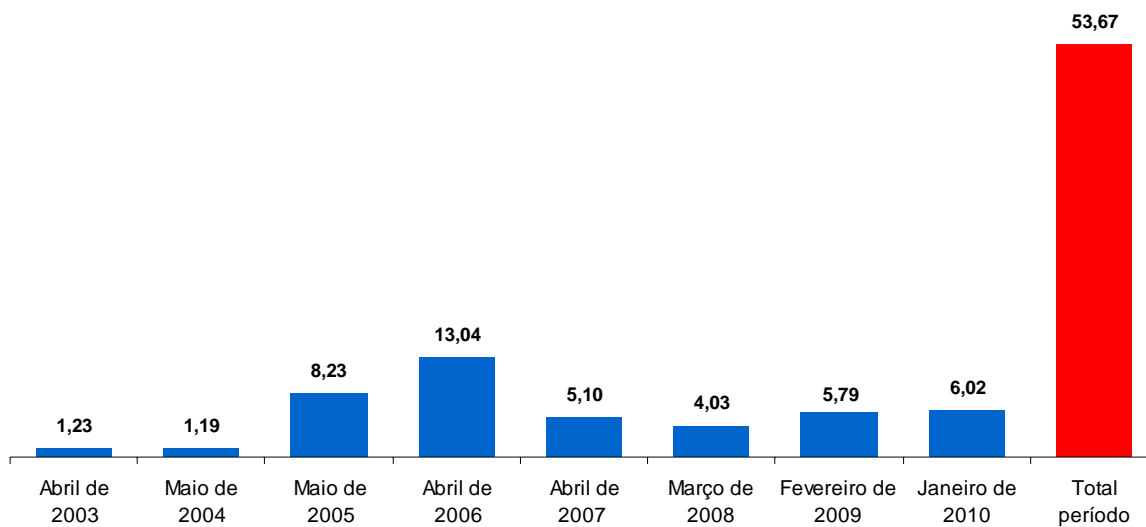
<b>Período</b>	<b>Salário Mínimo R\$</b>	<b>Reajuste Nominal %</b>	<b>INPC %</b>	<b>Aumento Real %</b>
Abril de 2002	200,00			
Abril de 2003	240,00	20,0	18,54	1,23
Mai de 2004	260,00	8,33	7,06	1,19
Mai de 2005	300,00	15,38	6,61	8,23
Abril de 2006	350,00	16,67	3,21	13,04
Abril de 2007	380,00	8,57	3,30	5,10
Março de 2008	415,00	9,21	4,98	4,03
Fevereiro de 2009	465,00	12,05	5,92	5,79
<b>Janeiro de 2010</b>	<b>510,00</b>	<b>9,68</b>	<b>3,45</b>	<b>6,02</b>
<b>Total período</b>	<b>-</b>	<b>155,00</b>	<b>65,93</b>	<b>53,67</b>

Elaboração: DIEESE

O Gráfico 1 mostra estes resultados para o salário mínimo nos anos recentes.

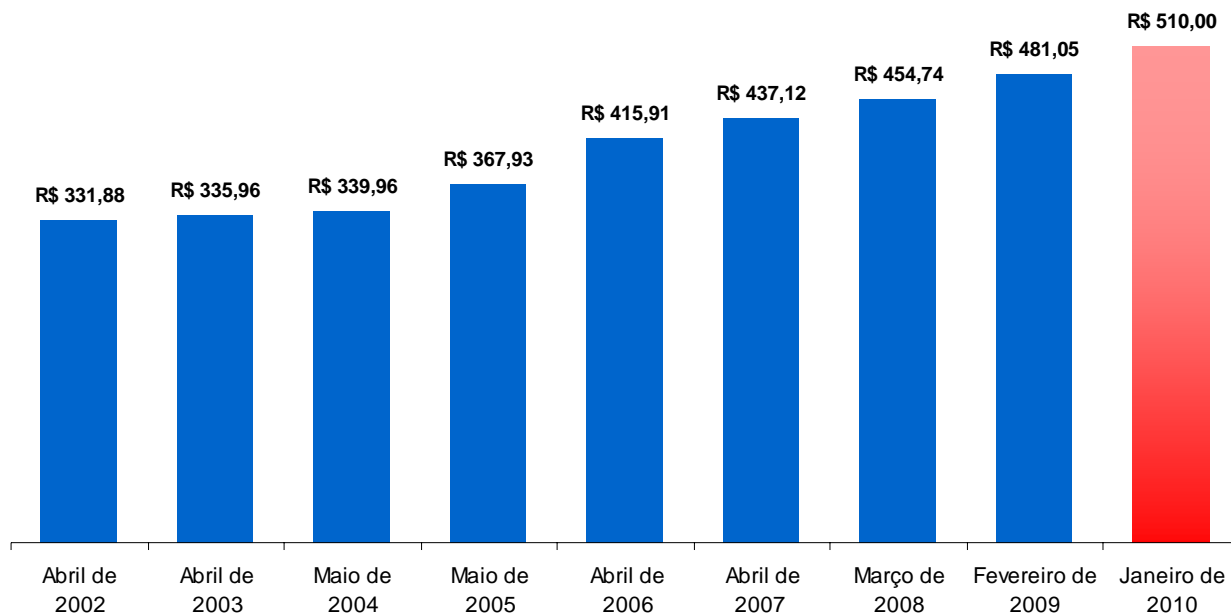
**Gráfico 1**

**Aumentos Reais no Salário Mínimo em %  
2003-2010**



**Gráfico 2**

**Salário Mínimo em R\$ Contantes de Janeiro/2010**



### 3. Quais os impactos da elevação do salário mínimo na economia?

Estima-se que:

- **46,1 milhões de pessoas** têm rendimento referenciados no salário mínimo.
- **R\$ 26,6 bilhões** será o incremento de renda na economia.
- **R\$ 7,7 bilhões** correspondem ao incremento na arrecadação tributária sobre o consumo.

TABELA 2			
Impacto anual decorrente do aumento do salário mínimo em R\$ 45,00			
Tipo	Número de Pessoas (mil)	Valor Adicional no Gasto Anual - R\$	Arrecadação Tributária Adicional R\$ (c)
Beneficiários do INSS (a)	18.549	10.850.899.410	3.157.611.728
Empregados	13.992	8.185.320.000	2.381.928.120
Conta-própria	8.529	4.605.660.000	1.340.247.060
Trabalhadores Domésticos	4.727	2.765.295.000	804.700.845
Empregadores	276	149.040.000	43.370.640
<b>Total</b>	<b>46.073</b>	<b>26.556.214.410</b>	<b>7.727.858.393</b>

*Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2008 (Tabela 4.22) – IBGE e Boletim Estatístico da Previdência Social – outubro de 2009.*

*Obs: (a) Refere-se ao impacto para trabalhadores, empregadores e beneficiários da Previdência Social que recebem até 1 salário mínimo.*

*(b) Considerado 13 remunerações/ano para beneficiários do INSS, empregados e trabalhadores domésticos.*

*(c) Considerando-se tributação média sobre consumo de 29,1 %. Este valor é indicado na publicação IPEA - Comunicado da Presidência nº 28 de 27/08/2009 como a carga incidente sobre o consumo do décimo da população de menor renda.*

### 4. Qual é a importância do salário mínimo nas administrações públicas?

No setor público, o número de trabalhadores que ganha até 1 salário mínimo é pouco expressivo nas administrações federal e estaduais. Nas administrações municipais, a participação destes trabalhadores é expressiva, especialmente na região Nordeste (Tabela 3).

Quando se observa o impacto do aumento de 9,68% sobre o salário mínimo na massa de remuneração dos trabalhadores do setor público, verifica-se a mesma tendência: um maior impacto nas administrações municipais no Nordeste e Norte (Tabela 4).

**Tabela 3**  
**Brasil e Grandes Regiões**  
**Emprego no Setor Público por Faixa de Salários Mínimos**

(em %)

Região	Serviço Público Federal			
	Até 1 SM	De 1,01 a 2 SM	Mais de 2 SM	Total (*)
Norte	0,63	5,18	94,10	100,00
Nordeste	1,11	4,92	93,89	100,00
Sudeste	0,58	5,12	94,13	100,00
Sul	0,50	3,54	95,90	100,00
Centro-Oeste	0,65	3,87	95,43	100,00
<b>Total</b>	<b>0,68</b>	<b>4,51</b>	<b>94,71</b>	<b>100,00</b>
<b>Valor absoluto</b>	<b>6.168</b>	<b>40.716</b>	<b>854.949</b>	<b>902.736</b>
Região	Serviço Público Estadual			
	Até 1 SM	De 1,01 a 2 SM	Mais de 2 SM	Total
Norte	3,96	20,17	75,78	100,00
Nordeste	2,95	26,64	70,30	100,00
Sudeste	4,97	14,68	79,80	100,00
Sul	0,71	13,52	85,20	100,00
Centro-Oeste	2,59	10,28	86,37	100,00
<b>Total</b>	<b>3,62</b>	<b>17,52</b>	<b>78,45</b>	<b>100,00</b>
<b>Valor absoluto</b>	<b>120.715</b>	<b>584.489</b>	<b>2.617.839</b>	<b>3.337.026</b>
Região	Serviço Público Municipal			
	Até 1 SM	De 1,01 a 2 SM	Mais de 2 SM	Total
Norte	7,66	53,21	38,72	100,00
Nordeste	18,00	54,03	27,45	100,00
Sudeste	2,67	34,04	62,59	100,00
Sul	1,54	35,05	62,59	100,00
Centro-Oeste	3,39	51,56	44,47	100,00
<b>Total</b>	<b>7,95</b>	<b>43,51</b>	<b>47,93</b>	<b>100,00</b>
<b>Valor absoluto</b>	<b>357.397</b>	<b>1.956.928</b>	<b>2.155.858</b>	<b>4.498.109</b>

(\*) Inclui os vínculos sem informação de salário

Fonte: MTE. Rais 2008

Elaboração: DIEESE

**Tabela 4**  
**Brasil e Grandes Regiões**  
**Impacto do Reajuste do SM em 9,68%**  
**na Massa de Remuneração Total**

Região	Serviço Público Federal		
	Até 1 SM	De 1,01 a 2 SM	Total
Norte	0,01%	0,04%	0,04%
Nordeste	0,01%	0,03%	0,04%
Sudeste	0,00%	0,03%	0,04%
Sul	0,00%	0,02%	0,02%
Centro-Oeste	0,00%	0,02%	0,03%
<b>Total</b>	<b>0,01%</b>	<b>0,03%</b>	<b>0,03%</b>
Região	Serviço Público Estadual		
	Até 1 SM	De 1,01 a 2 SM	Total
Norte	0,07%	0,29%	0,36%
Nordeste	0,06%	0,43%	0,49%
Sudeste	0,06%	0,20%	0,26%
Sul	0,01%	0,18%	0,19%
Centro-Oeste	0,02%	0,10%	0,13%
<b>Total</b>	<b>0,05%</b>	<b>0,24%</b>	<b>0,29%</b>
Região	Serviço Público Municipal		
	Até 1 SM	De 1,01 a 2 SM	Total
Norte	0,30%	1,46%	1,76%
Nordeste	0,80%	1,78%	2,58%
Sudeste	0,06%	0,67%	0,73%
Sul	0,04%	0,76%	0,80%
Centro-Oeste	0,12%	1,33%	1,44%
<b>Total</b>	<b>0,24%</b>	<b>1,03%</b>	<b>1,28%</b>

Fonte: MTE. Rais 2008

Elaboração: DIEESE

## 5. Qual o impacto do aumento nas contas da previdência

O peso relativo da massa de benefícios equivalentes a 1 salário mínimo é de 46,22% e envolve 69,0% do total de beneficiários.

O impacto de um aumento de R\$ 1,00 no salário mínimo sobre a folha de benefícios da Previdência pode ser estimado em R\$ 241,1 milhões ao ano.

Assim, o impacto do aumento para R\$ 510,00 (variação de R\$ 45,00) significará custo adicional ao ano de cerca de **R\$ 10,85 bilhões**.

## 6. Qual a distribuição dos ocupados que recebem salário mínimo nas regiões?

A distribuição dos ocupados por faixa de salário mínimo nas diversas regiões brasileiras pode ser vista na Tabela 5 abaixo:

**Tabela 5**  
**Distribuição dos ocupados, por faixa de rendimento em todos os trabalhos**  
**Brasil e Grandes Regiões, 2008**

Regiões	Com rendimento até 2 S.M.			Mais de 2 S.M.	Total Absoluto
	Até 1 S.M.	Mais de 1 a 2 S.M.	Total		
Norte	39,7	34,4	74,1	25,9	5.950
Nordeste	58,6	24,8	83,4	16,6	20.167
Sudeste	22,5	38,5	60,9	39,1	36.552
Sul	20,7	39,9	60,6	39,4	12.983
Centro-Oeste	28,1	36,8	64,9	35,1	6.361
Brasil	32,8	34,9	67,7	32,3	82.013

Fonte: IBGE. PNAD.

Elaboração: DIEESE

Obs: Exclui os sem rendimento e sem declaração

## 7. Qual a relação entre salário mínimo e cesta básica?

Com o valor do salário mínimo em R\$ 510,00 e a cesta básica de janeiro estimada em R\$ 228,19 (mesmo valor de dezembro/2009), estima-se que o salário mínimo terá, então, um poder de compra equivalente a **2,23 cestas básicas** (cesta básica calculada pelo DIEESE, para indicar o valor do Salário Mínimo Necessário).

Na série histórica da relação entre as médias do salário mínimo anual e da cesta básica anual verifica-se que:



- 2,23 Cestas Básicas é a maior relação na série das médias anuais desde 1979.

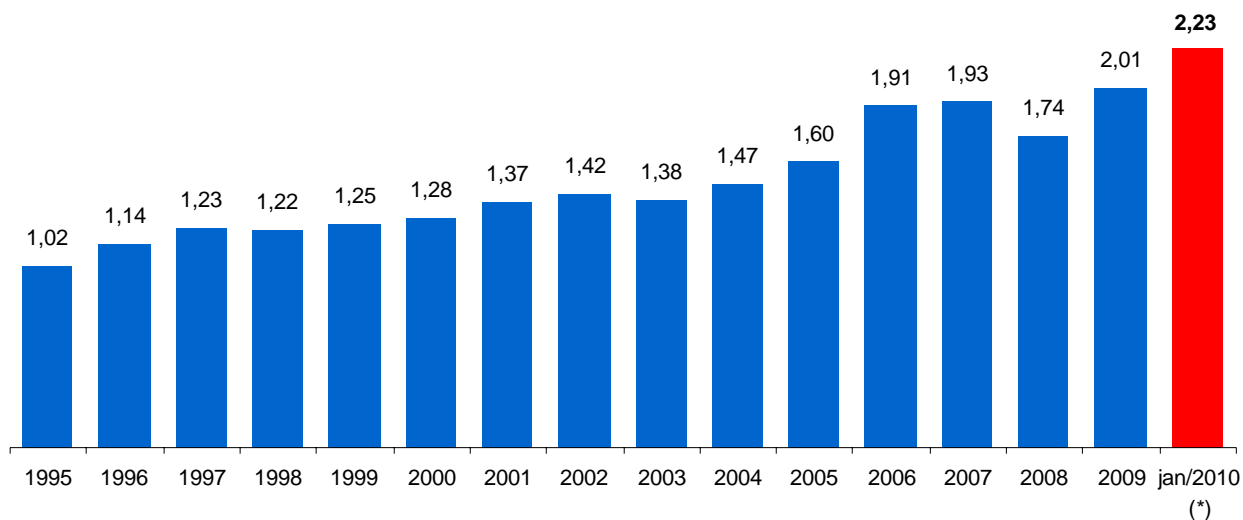
**TABELA 6**  
**Relação entre a quantidade de cestas básicas**  
**adquiridas com um salário mínimo**  
**São Paulo – 1995-2010**

Ano (*)	Relação Salário Mínimo / Cesta Básica
1995	1,02
1996	1,14
1997	1,23
1998	1,22
1999	1,25
2000	1,28
2001	1,37
2002	1,42
2003	1,38
2004	1,47
2005	1,60
2006	1,91
2007	1,93
2008	1,74
2009	2,01
<b>jan/10</b>	<b>2,23</b>

Fonte: DIEESE

(\*) médias anuais da cesta básica de São Paulo e salário mínimo.

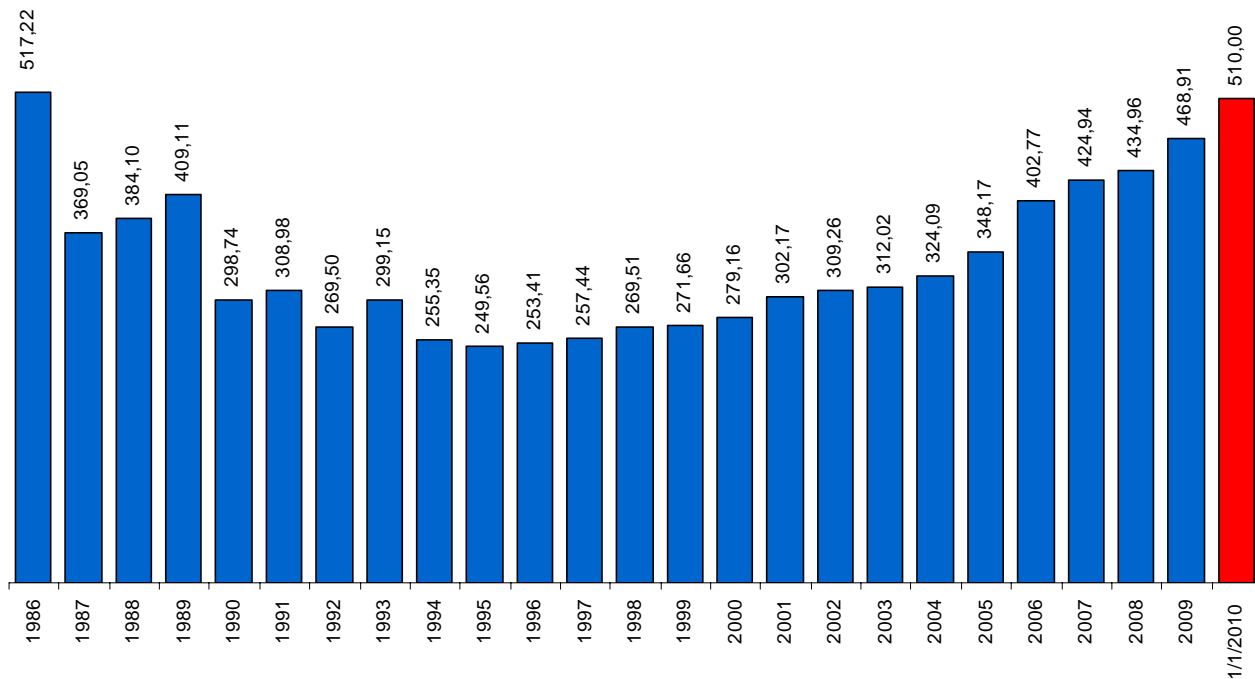
**Gráfico 3**  
**Quantidade de Cestas Básicas adquiridas pelo salário mínimo**



(\*) estimativa para janeiro/2010 igual a dezembro/2009

Considerando-se a série histórica do salário mínimo e trazendo todos os **valores médios anuais para reais de 1º de janeiro de 2010** (deflacionados por projeção do ICV- estrato inferior), o valor de R\$ 510,00, em 1 de janeiro de 2010, significará o maior **valor real da série das médias anuais desde 1986**.

**Gráfico 4**  
**Salário Mínimo Real Médio Anual em R\$ de 01/01/2010**



Rua Ministro Godói, 310  
CEP 05001-900 São Paulo, SP  
Telefone (11) 3874-5366 / fax (11) 3874-5394  
E-mail: [en@dieese.org.br](mailto:en@dieese.org.br)  
[www.dieese.org.br](http://www.dieese.org.br)

### **Direção Executiva**

Tadeu Morais de Sousa - Presidente  
STI Metalúrgicas, Mecânicas e de Materiais  
Elétricos de São Paulo e Mogi das Cruzes  
Alberto Soares da Silva – Vice-presidente  
STI de Energia Elétrica de Campinas  
João Vicente Silva Cayres – Secretário  
Sindicato dos Metalúrgicos do ABC  
Ana Tércia Sanches – Diretora  
SEE Bancários de São Paulo, Osasco e Região  
Antonio de Sousa – Diretor  
STI Metalúrgicas, Mecânicas e de Material  
Elétrico de Osasco e Região  
Paulo de Tarso G. B. Costa – Diretor  
Sindicato dos Eletricitários da Bahia  
José Carlos de Souza – Diretor  
STI de Energia Elétrica de São Paulo  
Carlos Donizeti França de Oliveira – Diretor  
Femaco – FE em Serviços de Asseio e  
Conservação Ambiental Urbana  
e Áreas Verdes do Estado de São Paulo  
Mara Luzia Feltes – Diretora  
SEE Assessoramentos, Perícias, Informações,  
Pesquisas e Fundações Estaduais do Rio Grande  
do Sul  
Zenaide Honório – Diretora  
Sindicato dos Professores do Ensino Oficial de  
São Paulo (Apeoesp)  
Pedro Celso Rosa – Diretor  
STI Metalúrgicas, de Máquinas, Mecânicas, de  
Material Elétrico de Veículos  
e Peças Automotivas de Curitiba  
Josinaldo José de Barros – Diretor  
STI Metalúrgicas, Mecânicas e de Materiais  
Elétricos de Guarulhos, Arujá, Mairiporã e Santa  
Isabel  
Maria das Graças de Oliveira – Diretora  
Sindicato dos Servidores Públicos Federais de PE

### **Direção técnica**

Clemente Ganz Lúcio – diretor técnico  
Ademir Figueiredo – coordenador de estudos e  
desenvolvimento  
José Silvestre Prado de Oliveira – coordenador de relações  
sindicais  
Nelson Karam – coordenador de educação  
Francisco J.C. de Oliveira – coordenador de pesquisas  
Claudia Fragozo dos Santos – coordenadora administrativa  
e financeira

### **Equipe técnica responsável**

Ilmar Ferreira Silva  
Iara Heger (revisão)